

Corrupção e pobreza em África: os legados coloniais em perspectiva comparada

Antônio Luís Dias

Universidade Nova de Lisboa

José Lúcio

Universidade Nova de Lisboa

Thierry Dias Coelho

Universidade Nova de Lisboa

Partindo da constatação que os níveis médios de corrupção nos países da África lusófona apresentam valores relativamente mais baixos do que os seus congéneres da África francófona e anglófona, o presente artigo analisa esta questão à luz de uma abordagem que assenta num quadro teórico mais clássico: o neo-institucionalismo. Neste contexto, explorou-se a hipótese segundo a qual os legados coloniais (entendidos enquanto conjunto de instituições formais e informais herdadas das antigas potências colonizadoras após os processos de descolonização) desempenham um papel relevante na explicação dos níveis de corrupção dos países da África subsaariana. Por outro lado, procurou-se também perceber se estes legados apresentam algum elo com os elevados níveis de pobreza humana que existem nestes Estados. Os testes estatísticos exploratórios que levámos a cabo mostram que a variável legado colonial aparece significativamente relacionada com os níveis de corrupção, ao passo que não existe qualquer relação com os níveis de pobreza humana. Conclui-se, pois, que parece existir uma especificidade no caso da África lusófona, convidativa do ponto de vista da realização de análises futuras mais aprofundadas.

Palavras-chave: corrupção, pobreza, desigualdade social

[Artigo recebido em fevereiro de 2014. Versão final em janeiro de 2015.]

Corrupción y pobreza en África. Los legados coloniales en perspectiva comparada

Partiendo del hecho de que los niveles medios de corrupción son relativamente inferiores en los países de la África lusófona con relación a los observables en los países africanos anglófonos y francófonos, éste artículo analiza esta cuestión según un marco teórico más clásico: el neo-institucionalismo. En este contexto, se explora la hipótesis de que los “legados coloniales” (entendidos como el conjunto de instituciones formales e informales heredadas de las viejas potencias colonizadoras tras los procesos de descolonización) desempeñan un papel relevante en la explicación de los niveles de corrupción de los países de la África subsahariana. Además, se procura también entender si estos “legados” tienen alguna conexión con los elevados niveles de pobreza humana observables en estos Estados. Testes estadísticos exploratorios revelan que la variable “legado colonial” está significativamente relacionada con los niveles de corrupción, a la vez que no existe cualquier relación con los niveles de pobreza humana. Se concluye, por lo tanto, que hay evidencias de una especificidad en el caso de los países de la África lusófona que nos invita a la conducción de análisis más profundos en el futuro.

Palabras clave: corrupción, pobreza, desigualdad social

Corruption and poverty in Africa. The colonial legacies in comparative perspective

Based on the fact that the average levels of corruption within the Portuguese speaking African countries present lower values than their counterparts in Francophone and Anglophone Africa, this article seeks to examine this topic through the length of a more classical approach, based on a neo-institutionalist theoretical framework. In this context, we have explored the hypothesis according to which the “colonial legacy” (understood as a set of formal and informal institutions inherited from the former colonial powers) plays an important role in explaining the levels of corruption in sub-Saharan Africa. On the other hand, we have also tried to understand if these “legacies” are somehow linked to the high levels of human poverty that exist in these countries. The exploratory statistical tests that we conducted show that the variable “colonial legacy” appears significantly correlated to the levels of corruption, whereas there is no relationship with the levels of human poverty. We therefore conclude that there appears to be a specificity in Portuguese speaking African countries, which invites to further and deeper analysis in future studies.

Keywords: corruption, poverty, social inequality

Introdução¹

Desde a vaga de independências que marcou a segunda metade do século XX, a corrupção em África tem sido estudada sob múltiplos ângulos (HEIDENHEIMER; JOHNSTON, 2002), talvez por ser este um fenómeno tão recorrente nos países subsaarianos, como atestam diversos estudos de fundo e várias medições empíricas, designadamente as análises desenvolvidas pelo Banco Mundial no âmbito dos *Worldwide Governance Indicators* (WORLD BANK, 2014), ou ainda os inquéritos levados a cabo pela Transparência Internacional no contexto do *Corruption Perception Index*. De acordo com esta organização não governamental (TRANSPARENCY INTERNATIONAL, 2013), em 2012 a corrupção constituía um problema crónico em 90% dos Estados africanos. Dez anos antes, uma investigação realizada pela União Africana havia já avaliado (COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS, 2009) o custo destas práticas em 150 biliões de dólares, ou seja, aproximadamente sete vezes o valor da ajuda dos países da OCDE a África no ano de 2008 (ORGANIZATION FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT, 2009).

Não é novidade para ninguém que a corrupção constitui um problema endémico em África (LAWAL, 2007) e que as suas consequências são devastadoras, tanto no plano político, como nos planos económico (ROSE-ACKERMAN, 1999; UNEKE, 2010; OSHEWOLO; DUROWAISE, 2013) e social (MBAKU, 2010). A ideia de regimes despóticos, subdesenvolvidos, com populações doentes e malnutridas, frequentemente envolvidos em conflitos sem fim à vista, ricos em recursos naturais e controlados por oligarquias (JOHNSTON, 2005) que se apoderaram dos recursos estratégicos está presente na maioria dos estudos sobre corrupção que se debruçam sobre o continente africano (HEIDENHEIMER; JOHNSTON, 2002), contribuindo para a imagem de instabilidade que assombra esta parte do planeta.

Todavia, a realidade é menos homogénea do que aparenta à primeira vista. Com efeito, um exame atento dos níveis percecionados² de corrupção na África

¹ Os autores agradecem aos referees os valiosos comentários e sugestões que resultaram no melhoramento deste artigo. Versões preliminares da investigação foram apresentadas no XXII Congresso da IPSA – Associação Internacional de Ciência Política (2012) em Madrid, bem como no VI Congresso da APCP – Associação Portuguesa de Ciência Política (2012) em Lisboa.

² No sentido de evitar qualquer equívoco do foro conceptual, assim como eventuais discrepâncias que possam existir de forma velada entre a definição de corrupção que é seguida pelos autores deste artigo e aquilo que os indicadores empíricos verdadeiramente traduzem, cabe aqui desde já esclarecer o leitor acerca do significado deste conceito no contexto do presente ensaio. Com efeito, do ponto de vista conceptual, radicamos o estudo na definição de corrupção do Banco Mundial, comumente aceite pelos estudiosos da área: “abuso de um cargo público para benefício privado”. Contudo, é importante sublinhar que toda e qualquer referência aos “níveis de corrupção” mais não traduz do que uma percepção deste fenómeno, medida através de inquéritos aplicados às populações dos países analisados. De modo algum podemos afirmar que tais percepções são tradutoras dos

lusófona para o período 1998-2012 mostra-nos que, apesar de os valores serem elevados numa perspectiva mundial, o fenómeno parece ter menos expressão nestes países quando comparado com os seus vizinhos da África anglófona ou da África francófona. Acaso ou não, esta constatação é convidativa do ponto de vista da análise das ciências sociais e autoriza-nos desde já a colocar duas perguntas: tratar-se-á de uma particularidade das ex-colónias portuguesas? Em caso de resposta positiva, quais os contornos dessa singularidade e o que poderá estar na sua origem?

O presente artigo visa atingir dois objectivos distintos, ainda que complementares do ponto de vista temático. Em primeiro lugar, propõe-se examinar e lançar algumas pistas exploratórias sobre a questão da corrupção em África à luz de uma variável de semblante neo-institucionalista: o **legado colonial**. Num contexto em que a corrupção afigura-se como um fenómeno usualmente explicado através de uma complexa relação entre variáveis de natureza distinta, a nossa análise pretende revisitar uma linha de estudos mais clássica, segundo a qual as múltiplas marcas – profundas ou superficiais – herdadas das ex-metrópoles pelos Estados subsaarianos não devem ser negligenciadas. Com efeito, tais factores poderão constituir um vector de causalidade expressivo caso intervenham a montante nos sistemas políticos africanos, contribuindo desta forma para os elevados níveis de corrupção que sobressaem da leitura dos indicadores disponíveis. Neste sentido, o estudo que se seguirá dissocia-se de um prisma analítico que tem vindo a ganhar uma crescente e manifesta importância ao longo das últimas décadas, segundo o qual a corrupção deve ser encarada sobretudo como um problema do domínio da economia e do institucionalismo económico (KRUEGER, 1974; ROSE-ACKERMAN, 1978; HUNT, 2006). Não pretendendo de forma alguma desvalorizar estas abordagens, os autores destas linhas argumentam que vale a pena olhar de novo para o prisma mais convencional do neo-institucionalismo, na medida em que oferece pistas interessantes para investigar o fenómeno da corrupção no contexto muito específico do continente africano. Destarte, recorrendo a uma abordagem comparativa, analisaremos três grupos de países (África lusófona, África francófona e África anglófona) a fim de perceber em que medida o conceito de **legado colonial** (numa conceptualização própria que aqui adoptaremos, assente nas relações de dependência económica entre ex-colónias e ex-metrópoles) poderá ajudar-nos a elucidar as questões acima suscitadas.

níveis reais de corrupção de um país, podendo até dar-se o caso de estarem totalmente desfasadas da realidade. Para mais detalhes acerca desta metodologia, nomeadamente no que toca às suas limitações, remetemos o leitor para a secção “dados”, bem como para a nota viii, onde citamos algumas das reservas emitidas por um dos criadores (e estudiosos) dos referidos indicadores de medição da “percepção” da corrupção.

Em segundo lugar, este artigo tem por escopo adicional reflectir sobre um tópico que aparece invariavelmente associado à corrupção, sobretudo em África: a pobreza humana. Efectivamente, uma leitura atenta dos dados relativos aos níveis de pobreza revela a existência de uma realidade preocupante nos casos de estudo em apreço. A análise da estreita relação entre estes dois fenómenos não é nova, sendo que esta conexão tem sido abundantemente perscrutada pela literatura especializada. Como tal, mais do que envergar por uma reflexão de tipo causal, iremos percorrer as diversas perspectivas sobre o assunto, visando assim identificar as principais abordagens relativas à relação bidireccional que existe entre estas duas variáveis.

O ensaio encontra-se estruturado em sete partes: (1) revisão sucinta da literatura sobre corrupção em África, (2) nota metodológica, (3) relação entre corrupção e pobreza, (4) análise da corrupção nos três grupos de estudo, (5) relação entre legado colonial e corrupção, (6) testes estatísticos e (7) conclusões.

O estudo da corrupção em África

Não descurando a multitudine de sentidos que o fenómeno adquiriu no tempo e no espaço (SCOTT, 1972; HEIDENHEIMER; JOHNSTON, 2002), o indicador empírico utilizado neste artigo obriga-nos a definir desde o início a corrupção segundo a formulação adoptada pelo Banco Mundial: “abuso de um cargo público para benefício privado” (WORLD BANK, 1997). Esclarecida esta questão, quaisquer que sejam os critérios escolhidos para circunscrever o conceito numa perspectiva mais alargada ou meramente circunscrita ao continente africano, o tópico tem sido estudado à luz de um amplo leque de perspectivas analíticas, optando por conjugar diversas matrizes de escopo teórico e empírico no sentido de melhor compreender estas práticas.

Uma primeira (e bem estabelecida) linha de análise concebe a corrupção como um problema essencialmente económico (MAURO, 1995; KHAN, 2006; DE ZWART, 2010). Esta abordagem deve muito aos trabalhos de economia política desenvolvidos por SUSAN ROSE-ACKERMAN (1978), embora alguns estudos empíricos precursores tivessem já sido realizados alguns anos antes (ver, por exemplo: KRUEGER, 1974). A abordagem económica (também denominada de institucionalismo económico), hoje dominante no panorama dos estudos sobre corrupção, radica na ideia de que existe um “mercado da corrupção” onde a “oferta” é confrontada com a “procura”, originando desta feita uma vasta gama de **transacções corruptas** (DELLA PORTA; VANNUCCI, 1999) que oscilam consoante a intensidade que revestem estas duas dimensões.

Alicerçada nestes pressupostos, a corrupção pode pois ser vista como um negócio como qualquer outro, sobretudo no contexto específico do continente

africano, onde a existência de actores tão variados como elites cleptocráticas, oligarquias pouco escrupulosas, ou ainda máquinas burocráticas conscientes do poder efectivo que nelas reside, levou a uma total apropriação do Estado por parte de agentes que subsistem graças à exploração dos seus recursos. Rapidamente, esta ideia de “potencial de negócio” associado à exploração dos recursos públicos deu origem ao surgimento de teorias mais refinadas, com especial destaque para as teorias do *rent-seeking*, do *state capture* e, subsequentemente, do *regulatory capture*, como veremos adiante. No que toca à causalidade, segundo diversos autores o fenómeno deriva da existência de recursos naturais valiosos (ROBBINS, 2000; POPYRAKIS; GERLAGH, 2004; BHATTACHARYYAA; HODLER, 2010) e tem sérias repercussões nos níveis de desenvolvimento (BARDHAN, 1997; UNEKE, 2010; OSHEWOLO; DUROWAISE, 2013) dos Estados, bem como na desigualdade entre rendimentos e consequentes níveis de pobreza (MAY, 1998; GYIMAH-BREMPONG, 2002; USLANER, 2008). Relativamente a esta última dimensão em particular, isto é, a relação entre corrupção e desenvolvimento, a publicação de vários estudos empíricos na segunda metade da década de 1990 (directamente relacionados com o surgimento dos primeiros indicadores que procuraram medir empiricamente os níveis de corrupção) confirmou hipóteses até então meramente teóricas, segundo as quais a corrupção era um factor impeditivo para o desenvolvimento (ver, entre outros: MAURO, 1995; KAUFMAN, 1997; GRAY; KAUFMAN, 1998; HUNT, 2006).

Estreitamente associada à perspectiva anterior, encontra-se a abordagem elitista. Vários estudos têm destacado o importante papel desempenhado pelas elites políticas (DELLA PORTA; MÉNY, 1995; ROSE-ACKERMAN, 1999; JOHNSTON, 2005; MBAKU, 1996; OJUKWU; SHOPEJU, 2010) e militares (TANGRI; MWENDA, 2003) nas trocas corruptas. Resumidamente, esta corrente analítica assenta no modelo do *rent seeking* (TULLOCK, 1965; LAMBSDORFF, 2002), do qual decorrem os conceitos de *elite capture* (DUTTA, 2009) e *predatory rule* (BAVISTER-GOULD, 2011): detentoras de um poder consequente do cargo que ocupam (independentemente da forma como este foi obtido), as elites utilizam o seu poder para enriquecer à custa dos recursos que controlam, estabelecendo muitas vezes uma cultura de cleptocracia dominante (JOHNSTON, 2005). Associada a este eixo analítico, encontramos a literatura sobre neo-patrimonialismo (MÉDARD, 2002; OSHEWOLO; DUROWAISE, 2013), patrocínio, nepotismo e clientelismo, recorrentemente presente nos estudos sobre corrupção em África.

Outras análises radicam em explicações de tipo estrutural. Neste quadro, muitos autores olharam para variáveis tão diversas como a estabilidade política interna (FOSU, 2003; ALESINA *et al.*, 1996; ROSS, 2004; COLLIER, 2007), a fragmentação étnica (EASTERLY; LEVINE, 1997; ROCK; BONNETT, 2004), o tipo de regime (MONTINOLA; JACKMAN, 2002; JENSEN; WANTCHEKON, 2004), a religião (DE SARDAN, 1999; PALDAM,

2002; HASTY, 2005), ou ainda formato e a eficiência dos aparelhos administrativos e estatais (MBAKU, 1996; ROSE-ACKERMAN, 1999).

Mais recentemente, uma tendência emergente tem vindo a destacar o papel da sociedade civil na contenção do fenómeno. Este tema tem sido cada vez mais abordado pela literatura (AGERE, 1992; KPUNDEH, 1994) na tentativa de erradicar o problema ou, pelo menos, de atenuá-lo: a (in)existência de sociedades civis organizadas (JOHNSTON; BRADEMAS, 2005) é assim vista como uma causa relevante no intrincado esquema de causalidade.

A tentativa de explicar a corrupção por via de eventuais “legados” herdados das antigas potências coloniais, que aqui iremos seguir, não é nova (MULINGE; LESETEDI, 1998; TANGIE, 2005). Naquela que é talvez a investigação mais abrangente, Treisman (2000) concluiu que as ex-colónias britânicas são aquelas que apresentam menores níveis de corrupção, após ter analisado as variáveis administração e justiça coloniais. Volvidos catorze anos, constatamos que os níveis de corrupção não mais apontam neste sentido e refreiam as conclusões do autor. Recorrendo a indicadores diferentes, um artigo recente de teor comparado (ANGELES; NEANIDIS, 2014) explora a variável elitista mostrando que os níveis de corrupção das ex-colónias europeias estão positivamente correlacionados com o número de colonos que estiveram presentes no território.

Posto isto, verifica-se ainda assim que a grande maioria dos trabalhos analisa a questão dos legados a jusante, ou seja, caso a caso. Com efeito, mais escassas parecem ser as abordagens que adoptam uma reflexão a montante, onde o país colonizador é o actor central. Dito de outro modo, embora a literatura tenha atribuído uma inquestionável importância às dimensões histórica e colonial, as quais exploram o argumento de uma possível subsistência de legados através da análise das variáveis cultural, institucional e elitista (OGUNBADEJO, 1979; OLALEYE-ORUENE, 1998; JOIREMAN, 2001), somos a crer que não se tem conferido a devida importância a abordagens mais alargadas, de escopo comparativo, no sentido de procurar marcas casuísticas deixadas pelas antigas potências colonizadoras nos territórios que outrora controlaram. Neste contexto, o presente artigo tem por fito explorar esta abordagem.

Dados

Os dados utilizados para analisar a corrupção provêm do *Worldwide Governance Indicators Project* (WGI) (WORLD BANK, 2009), sendo que recorreremos ao indicador *Control of Corruption* (CoC) para aferir acerca dos níveis de corrupção em cada país, no período 1996-2012. Esta escolha, em detrimento do *Corruption Perception*

Index disponibilizado pela *Transparency International*, deve-se ao facto de conter dados para todos os casos de estudo no período em análise. Como já tivemos oportunidade de referir anteriormente (ver introdução e notas finais), impõe-se tecer alguns comentários relativamente ao significado e à robustez deste indicador: os valores resultantes das **medições** realizadas correspondem na verdade à percepção tida por um conjunto de actores auscultados. Apesar dos inquéritos aplicados obedecerem, do ponto de vista metodológico, a regras rigorosas, os resultados quantificados obtidos contêm limitações³evidentes. Efectivamente, representam meras percepções e não sabemos até que ponto traduzem os níveis reais de corrupção nos Estados.

Do seu lado, os indicadores relativos à pobreza têm por fonte o *Human Development Index* (HDI) do *United Nations Development Program* (PNUD). Para efeitos deste estudo, socorremo-nos do Índice de Pobreza Humana (IPH 1) relativo ao período compreendido entre 1996 e 2012. O indicador, cuja fórmula se encontra disponível nos *Human Development Reports* (HDR) do PNUD (UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAM, 2009), visa traduzir os níveis de pobreza de um país através da medição dos níveis de carência/restricção nas mesmas dimensões que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH): Vida Longa e Saudável, Acesso ao Conhecimento, Padrão de Vida Decente.

Nas análises estatísticas presentes no final do artigo, foram sucessivamente investigadas as variáveis dependentes Controlo sobre a Corrupção e Pobreza em 42 antigas colónias. No que respeita às variáveis de controlo, procedeu-se da seguinte forma: enquanto indicador de desenvolvimento económico, socorremo-nos do PIB *Per Capita* PPC a Preços Correntes do Banco Mundial⁴. Como Índice de Democracia recorremos ao somatório dos índices de Liberdades Civas e Direitos Políticos da *Freedom House* (de notar que, nestes indicadores, quanto menor for o valor do índice, mais democrático será o país). Enquanto indicador de Fragmentação Étnica foi utilizado o Índice de Fragmentação Étnica de Fearon (FEARON, 2003). Por último, foi criado um indicador de Dependência Económica em Relação à ex-Metrópole, através do cálculo do peso relativo das importações provenientes da antiga potência colonial no valor total das importações. Para este indicador usámos como fonte a base de dados da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento⁵ Todos estes indicadores incidem sobre o período entre 1996 e 2012.

³ “Tenho sérias reservas do foro metodológico relativamente ao famoso “Índice de Percepção da Corrupção” da Transparência Internacional, e exponho aliás essas reservas em várias passagens deste livro [...]” (JOHNSTON, M, 2005, p.xi).

⁴ Disponível em: <<http://data.worldbank.org/>> Acesso em 21.07.2014.

⁵ Disponível em: <<http://unctadstat.unctad.org/wds/ReportFolders/reportFolders.aspx>> Acesso em: 21.07.2014.

Corrupção e pobreza

Os estudos sobre os fenómenos da corrupção e da pobreza podem ser desenvolvidos de acordo com dois princípios orientadores: de um lado, perspectivar a corrupção e a pobreza enquanto processos autónomos, isto é, analisar cada dimensão de uma forma independente, sem pesquisar eventuais mecanismos de **causa-efeito** ou correlações, negativas ou positivas, a interligar as duas realidades sociais; do outro, procurar um conjunto de interligações entre corrupção e pobreza, tentando construir um quadro dinâmico, baseado em correlações que ofereçam poder explicativo para determinados modelos de hipótese.

No contexto do presente artigo, iremos valorizar a segunda perspectiva, dado que o nosso interesse é, precisamente, verificar até que ponto é possível determinar que os dois fenómenos se interligam por relações directas ou por mecanismos de mediação (neste caso, um dos fenómenos desencadeia um conjunto de processos que, no seu todo, acabam por influenciar o comportamento estatístico da outra variável em estudo). Num primeiro momento, incidiremos o nosso trabalho sobre a possibilidade de corrupção e pobreza desenvolverem, de forma directa, mecanismos de influência recíproca. Num segundo momento, perspectivaremos a hipótese de corrupção e pobreza manterem entre si uma relação indirecta, em que as alterações numa das duas grandes variáveis em estudo são determinadas por dinâmicas de intermediação.

Pobreza e corrupção mantêm entre si relações directas de causa-efeito

É possível identificar duas perspectivas opostas no que diz respeito às relações entre pobreza e corrupção:

a) Pobreza causa corrupção: de acordo com Khan (2002), que defende ser a pobreza um poderoso indutor de fenómenos associados à prática de corrupção, a orientação estratégica primordial para combater os problemas associados a estes mecanismos de causa-efeito deve residir no combate às situações de privação e de carência. Neste sentido, podemos definir como vector básico de orientação política o conceder primazia ao fenómeno originário, isto é, à pobreza nas suas diferentes manifestações. Face ao que antecede, deve ser um realizado um esforço no sentido de entender os processos de transição relacionados com a passagem de sistemas económicos mais tradicionais para formas de capitalismo avançado e tentar perceber as consequências destes processos de transição (KHAN, 2002).

b) Corrupção causa pobreza: como seria de esperar, para os defensores da perspectiva oposta, o primordial é combater a corrupção. Se reduzirmos, de forma efectiva, as causas/motivos e práticas de corrupção num país em desenvolvimento,

estaremos a criar bases para reduzir a pobreza. Assim, e a título de exemplo, se reduzirmos em dois ou três pontos os índices de corrupção (ver indicador do WGI), o produto irá crescer. Se o produto de um país crescer, tal irá beneficiar, também, a população mais pobre. Deste modo, combater a corrupção reduz, em anos subsequentes, a intensidade da pobreza (KAUFMAN, 2009 *apud* BARDER, O.; KAUFMAN, D.; KHAN, 2009).

É possível, ainda, identificar-se uma terceira perspectiva correspondente a uma visão intermédia, isto é, partindo de sucessivas observações empíricas, constata-se a existência de países pobres com níveis de corrupção pouco significativos, como a Etiópia e, noutros casos, podemos encontrar exemplos relevantes de nações que, não obstante um desenvolvimento industrial muito forte, observaram ciclos de elevada intensidade de corrupção (aqui se incluindo a Indonésia, a Tailândia, a Coreia do Sul e o Japão (BARDER *et al.*, 2009). Neste contexto, a relação entre pobreza e corrupção pode, deste modo, conhecer diferentes matizes e pode desencadear um quadro diversificado de manifestações de índole económica, social, política e cultural. A denominada visão intermédia está, portanto, mais próxima, em filosofia de abordagem e modelo interpretativo, da linha de pensamento que defende que a corrupção e a pobreza desenvolvem um quadro relacional de base indirecta.

Pobreza e corrupção mantêm entre si uma relação indirecta

Neste âmbito, existem duas hipóteses explicativas de uma relação de causalidade indirecta⁶:

a) Modelo de governança: o denominado *Governance Model* defende que a corrupção tem impacto sobre os problemas da pobreza, na medida em que reduz a própria capacidade de governança devido ao enfraquecimento das instituições políticas e ao desinteresse e desencanto dos cidadãos pelo exercício da cidadania participativa/activa. Deste modo, o distanciamento progressivo entre eleitos e eleitores tende a facilitar o abuso de poder, a redução de preocupações com os membros mais desfavorecidos da comunidade e, situação particularmente grave, a menor eficácia e qualidade na prestação de serviços públicos e de ampliação, conservação e renovação das redes de infraestruturas. Sobre este último ponto, convém ter sempre presente que a população pobre sofre proporcionalmente mais com a escassez ou fraco desenvolvimento de serviços públicos. Assim, quando domínios básicos como a saúde e a educação não são considerados como prioritários, por exemplo em comparação com programas de incremento de actividades de capital intensivo, geralmente os grupos de baixa renda tendem

⁶ Sobre estes modelos de governação e desempenho económico, ver também United Nations Development Program (2008).

a perder o acesso a serviços de índole pública, dos quais dependem fortemente para manter um mínimo de qualidade de vida (CHETWYND *et al.*, 2003). Por outro lado, junta-se aqui um elemento que corrói e mina as estruturas sobre as quais se erguem as comunidades: a confiança.

Nos tempos mais recentes, as ciências sociais e as ciências humanas têm vindo a desenvolver um trabalho importante sobre o conceito de Capital Social e sobre o modo como este factor representa uma vantagem competitiva, económica, social, política e cultural de uma qualquer sociedade face aos territórios com os quais, a diferentes escalas, se interliga e se relaciona e, inclusive, compete. Deste modo, não nos deve surpreender que diversos trabalhos de pesquisa tenham demonstrado que a vulnerabilidade de cidadãos pobres aumente sempre que a sua produtividade económica é, de alguma forma, afectada. Assim, quando a população percebe que o sistema social é iníquo, tende a desinteressar-se pela participação activa na vida económica da comunidade na qual está incluída (CHETWYND *et al.*, 2003). No contexto da pesquisa que efectuámos, parece-nos ser claro que um desafio para as sociedades erguidas em tempos pós-coloniais será, precisamente, a construção de redes transversais de confiança, unindo eleitos, eleitores e decisores.

b) Modelo económico: no que concerne ao designado *Economic Model*, as questões fundamentais que se colocam envolvem problemas graves nos domínios do investimento interno e externo, na eficácia da máquina fiscal, no sistema de justiça e na maior fraqueza da afirmação clara dos denominados **direitos de propriedade e custos de transacção**⁷. Assim, pode ser colocado em causa o crescimento económico, o desenvolvimento e o progresso das sociedades. A este propósito, importa mencionar que diversos países africanos, embora possuam abundantes recursos naturais e apresentem taxas de crescimento económico apreciáveis, tardam em conseguir obter resultados igualmente satisfatórios no que concerne à repartição dos ganhos derivados desse mesmo crescimento⁸.

Note-se que empregamos o termo **ganhos** não apenas no sentido mais directo, isto é, económico, mas também político, cultural e social. Deste modo, julgamos ser mais adequado equacionar, tendo em consideração os objectivos do presente artigo, as relações entre pobreza e corrupção de acordo com a perspectiva de existência de nexos de causalidade indirecta. Embora seja razoável perspectivar a pobreza como um resultado directo da prática, em maior ou menor escala, de esquemas de corrupção, pensamos que, no longo prazo, a redução de problemas de carência apenas será

⁷ Sobre os problemas de distorção de custos de transacção e direitos de propriedade a uma escala global (incluindo os denominados Países Desenvolvidos), ver Christensen (2007).

⁸ Neste sentido, importa considerar que a corrupção interfere com determinadas funções governativas, como sejam a estabilização do ciclo económico e a redistribuição dos rendimentos. Tendencialmente estas funções influenciam directa e indirectamente os níveis de pobreza e desigualdade (GUPTA *et al.*, 1998).

possível na exacta medida em que os diversos mecanismos indutores de corrupção e as respectivas consequências forem sendo banidos dos diferentes sistemas sociais em que se processa a integração de um indivíduo numa comunidade.

Deste modo, julgamos que uma consequência particularmente grave da corrupção reside no facto de esta enfraquecer os laços morais da sociedade civil sobre os quais os processos e práticas democráticas repousam (BELLO, 2002). Assim, a corrupção e a própria pobreza constituem elementos que desagregam e condicionam a prática democrática das sociedades.

No contexto sobre o qual temos vindo a focar a nossa atenção cumpre, ainda, mencionar um problema específico da pobreza que o torna mais sensível à existência de práticas corruptivas mais ou menos generalizadas: ao constituir um fenómeno multidimensional, a pobreza “cruza-se” em diversas esferas com as consequências dos esquemas de corrupção privada-pública. A título de exemplo, refiram-se dois domínios-chave para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos mais desfavorecidos: a educação e a saúde. Ao desviar recursos destes dois sistemas fundamentais de integração e desenvolvimento social⁹, a corrupção origina impactos de diversa ordem, económica, política e social, que podem, em diversos casos, agravar os problemas de pobreza (EBERLEI *et al.*, 2004).

Tendo em consideração que estamos a desenvolver uma pesquisa sobre África, importa também colocar, de forma clara, a seguinte afirmação: a pobreza não está a desaparecer no continente africano ao ritmo que seria desejável¹⁰. De facto, podemos até referir que os problemas da pobreza se têm vindo a agravar em diferentes áreas do planeta com destaque para o continente africano. As actividades associadas à corrupção contribuem fortemente para perpetuar ciclos de pobreza e de subdesenvolvimento de nações. Assim, a cooperação internacional e a colaboração de empresas transnacionais constituem elementos fundamentais para uma estratégia, de médio prazo, que pretenda ser bem-sucedida na redução dos problemas graves de privação e de pobreza (ELLIS *et al.*, 2001). Os desafios de redução da pobreza devem, portanto, continuar no centro das agendas e programas de desenvolvimentos de países africanos¹¹.

⁹ A este propósito (importância da educação como motor de desenvolvimento), devemos ter em consideração que existem interrelações entre desenvolvimento económico de um país e os seus resultados nos domínios da ciência e da matemática. Deste modo, a remoção de obstáculos ao progresso torna-se, ainda, mais importante. A atitude de ignorar os problemas da corrupção não os resolve. Muito pelo contrário, agravam-nos (HUANG, 2008).

¹⁰ Neste contexto a palavra **desejável** pode ser traduzida nos valores inscritos nos bem conhecidos *Objectivos de Desenvolvimento do Milénio* que, infelizmente, estão longe de virem a ser cumpridos nos prazos definidos no dealbar do presente século.

¹¹ Sobre os fracos resultados do combate combinado à pobreza e corrupção, ver Transparency International (2007), disponível em: <http://archive.transparency.org/publications/publications/policy_positions/pp_01_2007_aid_

A este propósito, importa consultar os dados constantes da Tabela 1, onde se inserem os valores do IPH-1 para um conjunto de países de África: de acordo com os dados constantes neste quadro, é fácil verificar a permanência de valores muito elevados, com percentagens superiores a 30%, nos países que estamos a considerar para efeitos de estudo. Considerando que este indicador reflecte as privações da população nas dimensões medidas pelo (IDH), é lícito concluir que ainda existe um longo caminho por percorrer no que concerne à redução de desequilíbrios sociais e económicos nas nações do continente africano. Assim, continua a constituir uma exigência ética e moral o combate aos problemas dos défices de desenvolvimentos nos países mais pobres do nosso planeta.

Tabela 1: Índice de pobreza humana (IPH-1) - 2009

	Valor (%)
ANGOLA	37,2
CABO VERDE	14,5
CHADE	53,1
COSTA DO MARFIM	37,4
GUINÉ-BISSAU	34,9
MALI	54,5
MOÇAMBIQUE	46,8
NIGÉRIA	36,2
REPÚBLICA CENTRO AFRICANA	42,4
SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE	12,6
SENEGAL	41,6
SERRA LEOA	47,7
SUDÃO	34,0
TANZÂNIA	30,0
ZIMBABUÉ	34,0

Fonte: Elaboração própria (a partir de dados obtidos no *Human Development Report 2009*).

Em conclusão desta reflexão sobre o tipo de relações de causalidade entre corrupção e pobreza, poderíamos apresentar as seguintes ideias-chave:

a) Se pretendemos obter bons resultados na redução dos níveis de pobreza, então combate à corrupção tem de ser entendido como prioritário, colocando-o ao mesmo nível dos desafios do crescimento económico. Assim, se efectivamente

corruption> e Transparency International (2008), disponível em: <http://www.transparency.ch/fr/PDF_files/Divers/Poverty_and_Corruption__2008_-_WP_-_French.pdf> Acesso em: 17.01.2014.

pretendemos melhorar a vida de milhões de cidadãos um pouco por todo o mundo, é prioritário eleger o combate à corrupção como prioridade de governação política. Assim, as estratégias de redução da pobreza devem ser complementadas com programas eficazes de combate às causas, manifestações e consequências da corrupção. (KEULEERS, 2005; NEHIN *et al.*, 2010).

b) A corrupção acarreta¹² o agravamento de diversas situações de privação ao exacerbar a característica multidimensional da pobreza. Neste domínio, bastaria referir, entre outros aspectos, que a corrupção muitas vezes funciona como um entrave ao desenvolvimento económico, social e político e que afecta a eficácia da administração pública, bem como incentiva, dramaticamente, o fenómeno conhecido por *Brain Drain* (fuga de jovens cérebros) e desencoraja investimentos externos produtivos (LUMUMBA, 2011). Os elementos acima mencionados – desenvolvimento económico e social, eficácia da máquina administrativa, eficiência económica – têm impactos profundos sobre os resultados de qualquer programa, política ou estratégia de redução de pobreza.

c) Os programas de combate à corrupção e à pobreza devem ser interligados com o aprofundamento da democracia e da eficácia dos mecanismos redistributivos. Assim, tenhamos presente que uma política adequada de redistribuição pode transformar ciclos viciosos em ciclos virtuosos. É imperiosa a tomada de consciência de que democracia e igualdade de direitos políticos só se tornam eficazes em reduzir os problemas de pobreza se a elas estiver associada uma real estratégia de promoção de igualdade de oportunidades económicas (YOU *et al.*, 2004).

Lusofonia, anglofonia, francofonia: comparando os níveis de corrupção

Se atentarmos aos níveis de corrupção¹³ de Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Zimbabué, Tanzânia, Nigéria, Sudão, Serra Leoa, Chade, Mali, República Centro Africana, Costa do Marfim e Senegal no período 1998-2012, verificamos que os indicadores destes 15 países apresentam valores elevados, revelando desta feita a persistência nestas sociedades de um fenómeno crónico e difícil de erradicar com o passar dos anos.

¹² Neste sentido, podemos afirmar que quando a riqueza comum é apropriada por um pequeno grupo, através de mecanismos corruptivos, a pobreza tende a agravar-se entre os estratos mais baixos da população. Os cidadãos mais desfavorecidos tornam-se, assim, alvos de manipulação por parte das lideranças políticas, o que reforça os problemas de pobreza. Daqui resulta um ciclo vicioso de mais corrupção e agravamento das situações de privação (OGBORU; ABIMUKU, S. D.).

¹³ Vide Tabela 1.

Tabela 2: Corrupção nos países da África lusófona

	1998	2000	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	média (país)	média (grupo)
Angola	-1,32	-1,52	-1,14	-1,30	-1,28	-1,33	-1,23	-1,32	-1,28	-1,42	-1,32	-1,34	-1,29	-1,31	-0,57
Cabo Verde	-0,32	0,13	0,38	0,29	0,27	0,34	0,63	0,79	0,78	0,77	0,80	0,87	0,81	0,50	
Guiné Bissau	-1,14	-0,97	-0,85	-1,07	-1,14	-1,10	-0,98	-1,14	-1,09	-1,10	-1,06	-1,05	-1,22	-1,07	
Moçambique	-0,35	-0,40	-0,45	-0,58	-0,59	-0,54	-0,60	-0,49	-0,47	-0,42	-0,43	-0,49	-0,59	-0,49	
São Tomé e Príncipe	-0,52	-0,08	-0,32	-0,61	-0,60	-0,86	-0,54	-0,48	-0,45	-0,39	-0,43	-0,37	-0,39	-0,46	

Fonte: Elaboração própria (a partir de dados obtidos no World Governance Indicators do Banco Mundial).

Tabela 3: Corrupção nos países da África francófona

	1998	2000	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	média (país)	média (grupo)
Chade	-0,94	-0,82	-0,94	-1,26	-1,28	-1,43	-1,27	-1,30	-1,45	-1,36	-1,34	-1,26	-1,25	-1,22	-0,82
Costa do Marfim	-0,30	-0,69	-0,82	-0,98	-1,22	-1,24	-1,18	-1,07	-1,09	-1,08	-1,14	-1,09	-0,91	-0,98	
Mali	-0,63	-0,66	-0,53	-0,54	-0,50	-0,40	-0,41	-0,34	-0,46	-0,64	-0,65	-0,55	-0,76	-0,54	
Rep. Centro Africana	-1,00	-1,19	-1,11	-1,23	-1,33	-1,21	-1,00	-0,97	-0,98	-0,91	-0,84	-0,84	-0,89	-1,04	
Senegal	-0,20	-0,11	0,31	-0,14	-0,05	-0,03	-0,43	-0,55	-0,54	-0,53	-0,69	-0,57	-0,32	-0,30	

Fonte: Elaboração própria (a partir de dados obtidos no World Governance Indicators do Banco Mundial).

Tabela 4: Corrupção nos países da África anglófona

	1998	2000	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	média (país)	média (grupo)
Nigéria	-1,07	-1,13	-1,33	-1,32	-1,30	-1,16	-1,07	-0,98	-0,81	-0,98	-1,00	-1,12	-1,13	-1,11	-1,02
Serra Leoa	-0,87	-0,91	-0,75	-0,91	-0,88	-1,09	-1,05	-0,90	-0,96	-0,94	-0,77	-0,81	-0,94	-0,91	
Sudão	-1,02	-0,80	-1,02	-1,24	-1,28	-1,45	-1,17	-1,34	-1,48	-1,21	-1,26	-1,23	-1,51	-1,23	
Tanzânia	-0,97	-0,95	-0,94	-0,78	-0,58	-0,65	-0,22	-0,34	-0,42	-0,44	-0,54	-0,68	-0,85	-0,64	
Zimbábue	-0,65	-0,95	-1,21	-1,25	-1,31	-1,28	-1,33	-1,36	-1,31	-1,32	-1,31	-1,38	-1,27	-1,22	

Fonte: Elaboração própria (a partir de dados obtidos no World Governance Indicators do Banco Mundial).

São de ordem múltipla os elementos que saltam à vista:

- Em primeiro lugar, todos os países, com exceção de Cabo Verde (0,5), apresentam valores médios negativos (numa escala compreendida entre -2,5 e 2,5¹⁴).

¹⁴ O indicador de medição da corrupção assenta numa escala que oscila entre -2,5 e 2,5, onde o valor mínimo (-2,5) representa a percepção por parte das pessoas inquiridas de que os níveis de corrupção no seu país são muito elevados, e o valor máximo (2,5) representa a percepção de que os níveis de corrupção são reduzidos. Para uma informação mais detalhada acerca da metodologia utilizada, da construção da escala e dos respectivos valores, consultar: <<http://info.worldbank.org/governance/wgi/index.aspx#doc>> Acesso em: 11.08.2014.

- Em segundo lugar, a disparidade de valores revela uma amplitude profundamente elevada entre os extremos: Angola surge como o país cujo nível médio é o mais crítico (-1,31), e Cabo Verde como o país onde o valor médio é o mais diminuto (0,5). Pelo meio ficam, por ordem crescente de valores percebidos, o Senegal (-0,30), São Tomé e Príncipe (-0,46), Moçambique (-0,49), o Mali (-0,54), a Tanzânia (-0,64), a Serra Leoa (-0,91), a Costa do Marfim (-0,98), a República Centro Africana (-1,04), a Guiné-Bissau (-1,07), a Nigéria (-1,11), o Chade (-1,22), o Zimbabué (-1,22) e o Sudão (-1,23).
- Por outro lado, o valor médio dos quinze países é, também ele, negativo: -0,8.
- Finalmente, entre 1998 e 2012, seis Estados viram o seu score progredir no sentido de uma diminuição dos níveis de corrupção, sendo que aproximadamente dois terços dos casos de estudo evoluíram em sentido contrário.

Uma leitura divergente sobressai dos casos de estudo se os agruparmos de acordo com outra dimensão analítica: as antigas potências coloniais. Com efeito, se dividirmos os casos em três grupos de cinco países, atendendo às ex-metrópoles portuguesa, francesa e inglesa, verificamos que a realidade toma contornos diferentes. Neste contexto, podemos imediatamente tecer um conjunto de considerações:

- A média dos valores de corrupção nos cinco Palop é inferior à média dos valores dos quinze casos analisados (-0,57 contra uma média amostral de -0,8).
- O grupo dos Palop abarca simultaneamente os dois países com valores extremos da amostra (respectivamente Cabo Verde com 0,5 e Angola com -1,31).
- O grupo dos países lusófonos apresenta valores substancialmente mais baixos do que os restantes países francófonos e anglófonos. A diferença equivale a quase metade das médias dos outros dois grupos, sendo que o valor dos Palop equivale a 50,98% do valor médio da África anglófona (-1,02) e a 69,51% do valor médio observado na África francófona (-0,82).
- Três dos cinco países com valores médios mais baixos pertencem ao grupo da África lusófona (Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Moçambique).
- Finalmente, o único país com valores médios positivos situa-se no grupo dos Palop (Cabo Verde, com um valor médio positivo de 0,5).

A realidade dos números leva-nos a colocar uma questão: que factor (ou factores) poderá (ou poderão) estar na origem de tamanhas discrepâncias? Não obstante a certeza de que são várias as causas que explicam a dispersão dos níveis de corrupção, exploraremos de seguida a hipótese segundo a qual o **legado colonial** desempenha um papel importante na explicação do fenómeno em África.

O “legado colonial” enquanto factor explicativo

Para analisar a hipótese segundo a qual os diferentes legados coloniais afectam as relações entre as nações africanas e as anteriores metrópoles, bem como a estrutura das elites desses países, é necessário comparar os três legados coloniais. Por outras palavras, é importante compreender a especificidade do legado político e institucional de cada um dos impérios e também quais as diferentes trajectórias que conduziram à descolonização.

Antes de prosseguir, impõe-se esclarecer o conceito de legado colonial. Para o efeito, invocamos a definição proposta por um académico tailandês, para quem “o legado colonial não pressupõe a persistência de estruturas da era colonial [...] mas antes a persistência de instituições que ainda influenciam até as próprias [...] estruturas [...]” (SASIWUTTIWAT, 2011, p.19). Por outras palavras, o conceito refere-se à existência de um conjunto de instituições derivadas das estruturas – e das práticas – erguidas no período colonial. Essas instituições, formais ou informais (HELMKE; LEVITSKY, 2006), persistem de modo latente nos Estados agora independentes, moldando e estruturando as instituições pós-coloniais vigentes.

O legado político-institucional insere-se neste quadro e é importante tanto na sua capacidade de incorporar as elites africanas, como de acomodar diferentes elites. Pois se é verdade que podemos encontrar vários factores que expliquem a desagregação das elites, tais como os recursos naturais (COLLIER; HOFFLER, 2002) ou a diversidade étnica (HOROWITZ, 2000), a ausência de experiência de acomodação pode ser fundamental para a desunião das elites. E aqui existe uma clara diferença entre o percurso da África lusófona em relação às duas outras áreas em análise. Enquanto no caso português nem a integração, nem a acomodação das elites africanas fazia parte do desenho institucional do Estado colonial, nos casos francês e inglês constata-se que ambos os sistemas incorporaram as duas dimensões.

O colonialismo britânico sempre foi pautado pela descentralização e a nomeação como forma de representação da coroa britânica. O *Indirect Rule* permitia que o Estado colonial funcionasse com uma presença britânica relativamente pequena, a denominada *thin white line*, e apoiada na autonomia política do governador: “o mito da ‘leve linha branca’ sugere certamente até que ponto o sistema funcionava, estando alicerçado sobre uma rede elaborada de **colaboradores** indígenas no papel de chefes e outros **grandes homens**, mas também em funcionários, administrativos, tradutores, polícias e militares.” (SHIPWAY, 2008, p. 25).

Esta estratégia implicou uma grande abertura às elites locais por parte da administração colonial (SHIPWAY, 2008) e por isso esta última tentou incorporar as pressões que vão surgir a partir da década de 1930, inicialmente através de

conselhos consultivos nomeados (mais tarde indirectamente eleitos). Tal evolução permitiu que entre 1930 e 1960, ainda que com ritmos discrepantes em diferentes regiões, fossem criados órgãos legislativos e executivos com representação africana, directamente eleitos e que detinham vastos poderes, nomeadamente no campo da política interna. É verdade que a própria descentralização fez com que os percursos de colonização fossem bastante diversos dentro da África anglófona, mas esta caracterização pode ser generalizada às colónias da coroa (SHIPWAY, 2008).

No caso francês, o colonialismo teve uma tendência mais centralizadora baseando-se tanto no poder de Paris como nas Federações (África Ocidental e a África Central), que funcionavam como autênticos *départements* do Estado francês (SHIPWAY, 2008). Não obstante este centralismo, a estrutura colonial francesa era dotada de canais de representação política das elites africanas nomeadamente ao nível metropolitano (HARGREAVES; DESMOND, 1988). Assim, foi garantida a representação de deputados eleitos nos órgãos legislativos franceses, embora por uma via distinta do sufrágio universal e directo. Esta representação foi mais acentuada na IV República Francesa, inclusive na sua Assembleia Constituinte. Este canal, mesmo que pequeno, era importante e explica como líderes como Houphouët-Boigny, da Costa do Marfim, conseguiram ter uma voz importante na política colonial francesa (SHIPWAY, 2008). Mais tarde, a partir de 1956, estas estruturas de representação aproximaram-se mais das unidades políticas que no futuro viriam a tornar-se países independentes (SHIPWAY, 2008), com o estabelecimento do sufrágio universal e directo como base da representação dos líderes.

O caso português surge claramente *a contrário*. Após a tentativa falhada de construir um estado colonial descentralizado, o colonialismo português em África estava centralizado em Lisboa e no Ministério das Colónias (TELO, 1992). Aliás, nunca existiu uma preocupação em dotar as administrações coloniais de mecanismos de representação alargada da população (ALEXANDRE, 2000). Desta feita, o maior problema do Estado colonial português foi a incapacidade de incorporar as populações locais (ALEXANDRE, 2000). A cidadania nunca foi reconhecida às populações africanas e o estatuto de assimilado era tão restrito que funcionava como um impedimento para a ascensão social das populações nativas e não como uma ferramenta de assimilação.

Como tal, não emergiu uma elite ligada aos sectores mais modernos da sociedade, a qual tivesse um papel dentro da – ou em relação com – administração colonial. Não foi concedido nenhum espaço político ou outro a grupos com desígnios políticos e parecia que fazer política era mais perigoso nas colónias do que na própria metrópole (HARGREAVES; DESMOND, 1988). Por essa razão, os grandes grupos ligados aos movimentos independentistas nasceram fora das colónias e

tiveram alguma dificuldade de afirmação junto da população no período anterior à guerra colonial.

Neste quadro, argumentamos que a ausência de uma tradição de representação e acomodação de elites africanas do império português pode ter contribuído para a desunião das elites no período pós-colonial. Se deixarmos de fora os casos de Cabo Verde e São Tomé, cuja dimensão geográfica reduzida poderá eventualmente influenciar o entendimento entre elites (ANCKAR, 2002), reparamos que os restantes três casos da África lusófona são marcados pela instabilidade, pela exclusão de elites do poder, e pela desunião destas últimas, com especial destaque para Angola e para a Guiné-Bissau. Do seu lado, Moçambique apresenta uma elite imperfeitamente unificada, sendo que esta unificação inacabada se deve essencialmente a factores exógenos ocorridos na década de 1990 (MANNING, 2002).

Disto resulta que poderá eventualmente existir um mecanismo por via do qual o legado colonial influencia, potencia ou estrutura os níveis coetâneos de corrupção nos países lusófonos da África subsariana. Dito de outro modo, é possível que as especificidades do Estado colonial lusófono poderão ter originado estruturas de elites desunificadas, as quais não sentem necessidade de distribuir os benefícios do Estado para acomodar outras elites (concorrentes), uma vez que estas encontram-se excluídas da cena política, diminuindo, desta forma, a corrupção nestes países. Iremos de seguida explorar esta hipótese a título meramente exploratório no sentido de testar a robustez deste argumento. Para o efeito, recorreremos a uma análise estatística.

Análise estatística exploratória

A fim de testar as hipóteses levantadas ao longo dos parágrafos anteriores, procedemos a um conjunto de análises estatísticas de carácter exploratório. Num primeiro momento, procurou-se testar de que forma o fenómeno da pobreza é afectado pelos níveis (percepcionados) de corrupção. Assim, na Tabela 5 apresentamos os resultados de uma regressão linear múltipla com dados de painel, tendo como variável dependente o Nível de Pobreza¹⁵.

¹⁵ Para as análises estatísticas, foram considerados os seguintes países (42): África do Sul, Angola, Benim, Botsuana, Burkina Faso, Cabo Verde, Camarões, Chade, Comores, Congo, Costa do Marfim, Djibouti, Eritreia, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Lesoto, Madagáscar, Malawi, Mali, Maurícias, Mauritânia, Moçambique, Namíbia, Níger, Nigéria, Quênia, República Centro Africana, São Tomé e Príncipe, Seicheles, Senegal, Serra Leoa, Somália, Suazilândia, Sudão, Tanzânia, Togo, Uganda, Zâmbia, Zimbabué. Para cada caso, foram consideradas 14 observações entre os anos de 1996 e 2012 (nomeadamente: 1996, 1998, 2000, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012).

Tabela 5: Resultados regressão LM com “pobreza” como variável dependente 1996-2012

	Beta (Desvio- Padrão)
Constante	81,988
	(4,529)
Corrupção	-1,420
	(1,129)
Democracia	-0,032
	(0,208)
Fragmentação Étnica	0,005**
	(0,002)
Log PIB per capita	-7,314***
	(0,578)
Observações	588,000
Países	42,000
R2 ajustado	0,375
Prob>F	0,000

Fonte: Elaboração própria.

Da leitura dos valores obtidos sobressai que não é possível encontrar nenhuma relação estatisticamente significativa entre as variáveis “Controlo sobre a Corrupção” e “Nível de Pobreza”¹⁶, sendo que estes resultados vão de encontro ao que aqui debatemos anteriormente sobre a complexa relação bidireccional que existe entre estes dois fenómenos. Podemos pois asseverar que este tipo de testes exploratórios não consegue, pelo menos no âmbito muito específico do quadro analítico que aqui foi seguido, medir de forma precisa e estatisticamente significativa uma possível relação entre as variáveis **corrupção** e **pobreza**. No entanto, deve ser destacada a relação forte e negativa entre desenvolvimento económico e nível de pobreza e a ténue, mas positiva, relação entre nível de pobreza e diversidade étnica.

Num segundo momento, procurou-se também testar se o legado colonial, nos moldes que aqui seguimos, pode ser encarado enquanto factor elucidativo dos níveis

¹⁶ De notar que este resultado não se alterava quando controlámos as diferentes experiências coloniais.

de corrupção percebida nos três grupos de países analisados. Conforme aludimos na secção anterior, é possível desagregar o legado colonial em dois mecanismos distintos: um primeiro, de tipo mais directo, baseado em práticas neocoloniais (medidas através de relações de dependência económica); um segundo, de tipo mais indirecto, associado a heranças institucionais. Na Tabela 6 apresentamos os resultados de três modelos de regressão linear múltipla com dados de painel tendo por variável dependente o Controlo sobre a Corrupção. De forma a captar o possível impacto de cada um dos mecanismos identificados, testou-se primeiro os seus respectivos efeitos em modelos isolados (modelos 1 e 2) e, posteriormente, procedeu-se ao teste dos dois efeitos em simultâneo (modelo 3).

Tabela 6: Resultados regressão LM com “controlo sobre corrupção” como variável dependente 1996-2012

	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3
	Beta (Desvio- Padrão)	Beta (Desvio- Padrão)	Beta (Desvio- Padrão)
Constante	-0,309 (0,147)	-0,448 (0,148)	-0,310 (0,155)
Democracia	-0,097*** (0,006)	-0,097*** (0,006)	-0,099*** (0,006)
Dependência económica	-0,723*** (0,147)	-	-0,467*** (0,169)
Log PIB <i>per capita</i>	0,129*** (0,017)	0,128*** (0,017)	0,127*** (0,017)
Fragmentação étnica	-0,001*** (0,005)	-0,000*** (0,000)	-0,0003*** (0,000)
Ex-Colónia portuguesa	-	-0,193** (0,056)	-0,167** (0,057)
Ex-Colónia britânica	-	0,124*** (0,057)	0,042 (0,047)
Observações	588	588	588
Países	42	42	42

	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3
	Beta (Desvio- Padrão)	Beta (Desvio- Padrão)	Beta (Desvio- Padrão)
R ² ajustado	0,536	0,538	0,543
Prob>F	0,000	0,000	0,000

Fonte: Elaboração própria.

Os resultados da Tabela 6 sugerem algumas pistas interessantes. Primeiramente, em todos os modelos os níveis de democracia¹⁷ e de desenvolvimento económico estão positivamente relacionados com o Controlo sobre a Corrupção. No entanto, tal como já aqui foi discutido, a relação entre corrupção e desenvolvimento económico não será unívoca. Em segundo lugar, o nível de Fragmentação Étnica surge negativamente relacionado com o Controlo sobre a Corrupção. Todavia, o seu impacto estimado é bastante reduzido.

Por outro lado, e no que toca ao impacto do legado colonial, os resultados parecem indicar que os dois mecanismos, directo e indirecto, têm algum impacto. O primeiro modelo mostra como a dependência económica de um país em relação à sua anterior metrópole está negativamente relacionada com o Controlo sobre a Corrupção, sendo o seu impacto o mais forte do modelo. Para mais, este impacto permanece estatisticamente significativo quando controlamos os diferentes passados coloniais (modelo 3).

Mas podemos também identificar o efeito indirecto do legado colonial. Com efeito, nos modelos 2 e 3 controlámos o efeito do passado colonial introduzindo variáveis *dummy*, correspondentes a cada um dos três modelos de colonização abrangidos por este estudo: francês, inglês e português (sendo que em ambos os modelos a categoria de referência usada no modelo é o passado colonial francês). A constatação mais interessante é que o passado colonial português está negativamente associado com o Controlo sobre a Corrupção, mesmo quando controlamos a dimensão da dependência económica. Tal sugere que a hipótese que aqui levantámos, segundo a qual existe um legado colonial lusófono em África independente de qualquer forma de neocolonialismo, é válida e merecedora de futuras análises. Contudo, e contrariando por completo as nossas expectativas iniciais, o legado colonial português parece contribuir para níveis de corrupção mais elevados.

¹⁷ Como utilizamos a soma das variáveis Liberdade Cívica e Direitos Políticos da Freedom House como indicador de democracia, este indicador é invertido. Isto é, quanto mais democrático for um país, menor será o seu score.

Conclusões

No decurso da análise exploratória que apresentámos neste artigo, estamos em medida de retirar três conclusões preliminares. Em primeiro lugar, os níveis de pobreza humana na África subsariana não parecem variar de acordo com os níveis de corrupção, qualquer que seja o legado colonial do país. Com efeito, não só os níveis de pobreza da África lusófona, deveras elevados, assemelham-se aos dos demais casos de estudo, como também, não menos importante, a diferença observada no IPH 1 de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe (dois países que se destacam singularmente dos restantes casos de estudo) levanta a questão de saber se esta variação, mais do que ligada à corrupção ou ao legado colonial, poderá resultar da dimensão destes dois países ou, se quisermos, de variáveis do foro geográfico, com todas as consequências que daí decorrem, a começar pela questão dos recursos naturais (o mesmo argumento pode ser aliás aduzido relativamente a outro tipo de variáveis: indicadores socioeconómicos, estabilidade e paz internas, estrutura étnica, etc.). Tal não significa que admitimos a inexistência de uma relação entre corrupção e pobreza – revisitámos aliás a literatura que trata estes dois fenómenos e a sua ligação. Consideramos antes que, ao nível macro, não foi possível observar uma relação entre pobreza e corrupção nos países da África subsariana que foram alvo da investigação.

Por outro lado, os resultados apontam para a pertinência da questão que norteou toda a pesquisa e, em certa medida, talvez seja este o achado mais importante. Com efeito, observámos níveis de corrupção substancialmente mais baixos nos países da África lusófona, quando comparados com os restantes casos de estudo francófonos e anglófonos. No entanto, a variação entre estes grupos de países não foi ainda estudada de forma satisfatória, tanto do ponto de vista teórico, como do ponto de vista empírico. Partindo desta constatação, explorámos a hipótese – em nossa opinião insuficientemente aprofundada pela literatura – desta variação poder ser explicada pelas diferenças ao nível dos legados coloniais.

Em terceiro lugar, identificámos dois possíveis mecanismos explicativos, através dos quais as várias formas de **herança colonial** parecem interferir nos níveis de corrupção dos casos de estudo. De um lado, parece confirmar-se o axioma segundo o qual este legado é directo e apresenta atributos neocolonialistas ou, pelo menos, de dependência económica. De um outro lado, confirmámos igualmente o postulado segundo o qual a especificidade do legado político-institucional dos Palop terá deixado um lastro duradouro de instabilidade política. Neste sentido, ao promover regimes autoritários com elites desunidas, este legado de instabilidade política poderá estar associado a maiores níveis de corrupção. Tal constatação suscita – e merece – uma análise mais aprofundada, constituindo desta feita uma

pista para trabalhos ulteriores nesta área.

Em jeito de conclusão, o estudo comparado sobre o qual nos debruçámos ao longo destas linhas, apesar de sugerir canais de causalidade que parecem ser corroborados pela análise estatística exploratória que foi efectuada, não permite testar de forma rigorosa se a principal hipótese levantada é sustentada pelos dados empíricos. Desta feita, ficam em aberto algumas questões que nos parecem merecedoras de averiguações futuras: qual o efeito e, de forma mais abrangente, quais os moldes do legado político e institucional herdados do período colonial no contexto muito específico dos países da África lusófona? Em que medida a hipótese segundo a qual elites desunidas poderão estar na origem de regimes menos corruptos é comprovada empiricamente? Por último, será que alargando esta análise a outros contextos pós-coloniais – designadamente o Brasil e outros países da América Latina – encontramos realidades e padrões idênticos ou similares?

Referências bibliográficas

- AGERE, S. The promotion of good ethical standards and behavior in public services in Africa: the case for Zimbabwe. *Africanus*, v. 22, nº 1-2, 1992.
- ALESINA, A.; ROUBINI, N.; SWAGEL, P.L. Political instability and economic growth. *Journal of Economic Growth*, volume 1, nº 2, p. 189-211, 1996.
- ALEXANDRE, V. *Velho Brasil, novas Áfricas: Portugal e o Império (1808-1975)*. Porto: Edições Afrontamento, 2000.
- ANCKAR, D. Why are small island states democracies? *The Round Table*. Issue 365, p. 375-390, 2002.
- ANGELES, L.; NEANIDIS, K. The persistent effect of colonialism on corruption. *Economica*, London School of Economics and Political Science, 2014.
- BARDER, O.; KAUFMAN, D.; KHAN, M. Does corruption cause poverty or it is the other way round? *Development Drums*, nº 20, 2009. Disponível em: <<http://www.owen.org/blog/2672>> Acesso em: 7 jan. 2014.
- BARDHAN, P. Corruption and development: a review of issues. *Journal of Economic Literature*, v. 35, nº 3, p. 1320-1346, September 1997.
- BAVISTER-GOULD, A. Predatory leaderships, predatory rule and predatory states. *Developmental Leadership Program (DLP)*. Concept Brief 01, September, 2011.
- BELLO, W. Does corruption create poverty? *Foreign Policy in Focus*, 2010. Disponível em: <http://fpif.org/does_corruption_create_poverty/> Acesso em: 8 jan. 2014.
- BHATTACHARYYA, S.; HODLER, R. Natural resources, democracy and corruption. *European Economic Review*, v. 54, Issue 4, p. 608–621, May 2010.
- BRANDSMA, J. *Education, equality and social exclusion*. University of Twente, 2002.
- CHETWYND, E. *et al. Corruption and poverty: a review of recent literature – fina report*. Management Systems International: Washington D.C, 2003.

- CHRISTENSEN, J. *La corruption, la pauvreté et l'économie politique des paradis fiscaux*. Chesham: Tax Justice Network, 2007.
- COLLIER, P. *The bottom billion - why the poorest countries are failing and what can be done about it*. Oxford: Oxford University Press, 2007.
- _____. *Wars, guns and votes - democracy in dangerous places*. London: Harper Collins Publishers, 2009.
- COLLIER, P.; HOFFLER, A. Greed and grievance in Civil War. *The Centre for the Study of African Economies - Working Paper Series*. nº 160, 2002.
- COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS. *Corruption in sub-saharan Africa, 2009*. Disponível em: <<http://www.cfr.org/democracy-and-human-rights/corruption-sub-saharan-africa/p19984>> Acesso em: 10.01.2014.
- DE SARDAN, J. P. A moral economy of corruption in Africa? *The Journal of Modern African Studies*, nº 37, p. 25-52, 1999.
- DE ZWART, F. Corruption and anti-corruption in prismatic societies. In: DE GRAAF, P.; VON MARAVIC, P.; WAGENAAR, P. (eds). *The good cause - theoretical perspectives on corruption*. Farmington Hills: Barbara Bidrich Publishers, 2010.
- DELLA PORTA, D.; MÉNY, Y. *Corruption et démocratie en Europe*. Paris: La Découverte, 1995.
- DUTTA, D. Elite capture and corruption: concepts and definitions. *National Council of Applied Economic Research (NCAER)*, Paper, October, 2009.
- EASTERLY, W.; LEVINE, R. Africa's growth tragedy: policies and ethnic divisions. *The Quarterly Journal of Economics*, nº 112, nº 4, p. 1203-1250, 1997.
- EBERLEI, W. et al. *Fighting poverty and corruption*. Federal Ministry for Economic Cooperation and Development. Eschborn: FMECD, 2004.
- ELLIS, S. et al. Globalisation, corruption and poverty reduction. *Transparency International Australia*. Working Paper, 2001.
- GRAY, C.; KAUFMAN, D. Corruption and Development. *Finance & Development*, Working Paper, March 1998.
- GUPTA, S. et al. Does corruption affect income inequality and poverty? *International Monetary Fund - Fiscal Affairs Department*. Washington D.C.: IMF, 1998.
- GYIMAH-BREMPONG, K. Corruption, economic growth, and income inequality in Africa. *Economics of Governance*, nº 3, p. 183-209, 2002.
- HARGREAVES, J. D.; DESMOND, J. *Decolonization in Africa*. London: Longman, 1988.
- HASTY, J. The Pleasures of Corruption: Desire and Discipline in Ghanaian Political Culture. *Cultural Anthropology*, nº 20, p. 271-301, 2005.
- HEIDENHEIMER, A.; JOHNSTON, M. (Eds.). *Political Corruption - Concepts & Contexts*. New Jersey: Transaction Publishers, 2002.
- HELMKE, G.; LEVITSKY, S. *Informal Institutions and Democracy: Lessons from Latin America*. Baltimore: The John Hopkins University Press, 2006.
- HIGLEY, J. *Elites e Democracia*. Lisboa: Livros Horizonte, 2010.
- HOROWITZ, D. L. *Ethnic groups in conflict*. Berkeley: University of California Press, 2000.

- HUANG, F. Corruption and educational outcomes: two steps forward, one step back. *International Journal of Education Policy & Leadership*, v. 3, nº 9, 2008.
- HUNT, J. Why are some public officials more corrupt than others? In: ROSE-ACKERMAN, S. (ed.) *International handbook on the economics of corruption*. Cheltenham: Edward Elgar, 2006.
- JENSEN, N. Resource wealth and political regimes in Africa. *Comparative Political Studies*, v. 37, nº 7, p. 816-841, 2004.
- JOHNSTON, M.; BRADEMAS, J. (eds). *Civil society and corruption: mobilizing for reform*. Maryland: University Press of America, 2005.
- JOHNSTON, M. *Syndromes of corruption - wealth, power and democracy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- JOIREMAN, S. Inherited legal systems and effective rule of law: Africa and the colonial legacy. *The Journal of Modern African Studies*, nº 39, p. 571-596, 2001.
- KEULEERS, P. Corruption, poverty and development. In: 5TH REGIONAL ANTI-CORRUPTION CONFERENCE, Beijing, 2005.
- KAUFMAN, D. The missing pillar of growth strategy for Ukraine: institutional and policy reforms for private sector development. In: CORNELIUS, P.K.; LENAIN, P. (eds.). *Ukraine: accelerating the transition to market*. Washington: IMF, 1997.
- KHAN, M. Patron-client networks and the economic effects of corruption in Asia. In: HEIDENHEIMER, A.; JOHNSTON, M. (eds.). *Political corruption - concepts & contexts*. New Jersey: Transaction Publishers, 2002.
- KPUNDEH, S. Limiting administrative corruption in Sierra Leone. *The Journal of Modern African Studies*, V. 32, n. 1, p. 131-157, 1994.
- KRUEGER, A. O. The political economy of a rent-seeking society. *American Economic Review*, v. 64, nº 3, p. 271-303, 1974.
- LAMBSDORFF, J.G. Corruption and rent-seeking. *Public Choice*, nº 113, p. 97-125, 2002.
- LAWAL, G. Corruption and development in Africa: challenges for political and economic change. *Humanity & Social Sciences Journal*, v. 2, nº 1, p. 01-07, 2007.
- LUMUMBA, P. The war against corruption as a poverty reduction agenda in Africa. In: 2ND AFRICA GOVERNANCE, LEADERSHIP AND MANAGEMENT CONVENTION, Mombasa, 2011.
- MANNING, C.L. *The politics of peace in Mozambique: post-conflict democratization, 1992-2000*. Westport: Praeger Publishers, 2002.
- MAURO, P. Corruption and growth. *Quarterly Journal of Economics*, nº 110, p. 681-712, 1995.
- MAY, J. Poverty and inequality in South Africa. *Centre for Social and Development Studies*. University of Natal, 1998.
- MBAKU, J. Bureaucratic corruption in Africa: the futility of cleanups. *Cato Journal*. Vol. 16, nº 1, Spring/Summer, 1996.
- MÉDARD, J. F. Corruption in the Neo-Patrimonial States of Sub-Saharan Africa. In: HEIDENHEIMER, A.; JOHNSTON, M. (eds.). *Political corruption - concepts & contexts*. New Jersey: Transaction Publishers, 2002.

- MONTINOLA, G.; JACKMAN, R. Sources of corruption: a cross-country study. *British Journal of Political Science*, nº 32, p. 147-170, 2002.
- MULINGE, M.M; LESETEDI, G.N. Interrogating our past: colonialism and corruption in Sub-Saharan Africa. *African Journal of Political Science*, nº 3, 2, p. 15-28, 1998.
- NEHIN, V. *et al.* The causal relationship between poverty and corruption: a panel data analysis. *Munich Personal Repec Archive*, paper n.º 24871, 2010.
- OGBORU; ABIMUKU. *The impact of corruption on poverty reduction efforts in Nigéria*, S. D. Department of Economics, University of Jos, Jos.
- OGUNBADEJO, O. Conflict images: colonial legacy, ethnicity, and corruption in Nigerian politics (1960-1966). *Utafiti*, v. 4, nº 1, p. 85-100, 1979.
- OJUKWU, C.C.; SHOPEJU, J.O. Elite corruption and the culture of primitive accumulation in the 21st century Nigeria. *International Journal of Peace and Development Studies*, nº 1, nº 2, p. 15-24, 2010.
- OLALEYE-ORUENE, T. Corruption in Nigeria: a cultural phenomenon. *Journal of Financial Crime*, v. 5, Issue 3, p. 232-240, 1998.
- ORGANIZATION FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT. *Development aid at its highest level ever in 2008*. Disponível em: <http://www.oecd.org/document/35/0,3343,en_2649_34487_42458595_1_1_1_1,00.html> Acesso em: 10.01.2014.
- PALDAM, M. The cross-country pattern of corruption: economics, culture and the seesaw dynamics. *European Journal of Political Economy*, v. 18, Issue 2, p. 215-240, 2002.
- PAPYRAKIS, E.; GERLAGH, R. The resource curse hypothesis and its transmission channels. *Journal of Comparative Economics*, v. 32, Issue 1, p. 181-193, 2004.
- PETERS, B. Institutional design and good governance. In: DE GRAAF, P.; VON MARAVIC, P.; WAGENAAR, P. (eds). *The good cause - theoretical perspectives on corruption*. Farmington Hills: Barbara Bidrich Publishers, 2010.
- ROCK, M.; BONNET, H. Why is corruption less harmful in some countries than in others? *Journal of Economic Behavior & Organization*, v. 72, Issue 3, p. 797-810, 2009.
- ROSE-ACKERMAN, S. *Corruption: a study in political economy*. New York: Academic Press, 1978.
- ROSE-ACKERMAN, S. *Corruption and government: causes, consequences, and reform*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- ROSE-ACKERMANN, S. The institutional economics of corruption. In: DE GRAAF, P.; VON MARAVIC, P.; WAGENAAR, P. (eds). *The good cause - theoretical perspectives on corruption*. Farmington Hills: Barbara Bidrich Publishers, 2010.
- ROSS, M. How do natural resources influence Civil War? Evidence from thirteen cases. *International Organization*, nº 58, p. 35-67, 2004.
- SASIWUTTIWAT, S. *The impacts of the British imperialism on the Siamese state formation and long-term economic development*. Lund: Lund University - Department of Economic History, University Essay, 2011.
- SCOTT, J. *Comparative political corruption*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1972.

- SHIPWAY, M. *Decolonization and its impact: a comparative approach to the end of the colonial empires*. New Jersey: Blackwell Publishing, 2008.
- SOSHEWOLO, S.; DUROWAISE, B. Deciphering the phenomenon of elite corruption in Africa. *International Journal of Politics and Good Governance*, v. 4, nº 4.4 Quarter IV, 2013.
- TANGIE, F. The State and development in Africa. 11TH GENERAL ASSEMBLY OF CODESRIA. *Rethinking African development: beyond impasse, towards alternatives*. Maputo, Mozambique, December 6-10, 2005.
- TANGRI, R., MWENDA, A. Elite corruption and politics in Uganda. *Commonwealth & comparative politics*, v. 46, Issue 2, 2008.
- TELO, A. Modelos e fases do império português 1890-1961. In: H. DE LA TORRE (ed.). *Portugal, Espanha y Africa en los últimos cien años*. Mérida: Universidad Nacional de Educación a Distancia, 1992.
- TRANSPARENCY INTERNATIONAL. *Corruption Perception Index*. Disponível em: <<http://cpi.transparency.org/cpi2013/results/>> Acesso em: 08.11.2013.
- TRANSPARENCY INTERNATIONAL. *Poverty, aid and corruption*. T.I. Policy Paper nº 1/2007, Berlin, 2007.
- TRANSPARENCY INTERNATIONAL. *Pauvreté et corruption*. T.I. Document de Travail n.º 2/2008, Berlin, 2008.
- TREISMAN, D. The causes of corruption: a cross-national study. *Journal of Public Economics*, v. 76, nº 3, p. 399–458, 2000.
- TULLOCK, G. The welfare costs of tariffs, monopolies, and theft. *Western Economic Journal*, nº v. 5, nº 3, p. 224–232, 1967.
- UNEKE, O. Corruption in Africa South of the Sahara: bureaucratic facilitator or handicap to development? *The Journal of Pan African Studies*, v. 3, nº 6, p. 111-128, 2010.
- UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAM. *Primer on corruption and development -corruption and development/anti-corruption interventions for poverty reduction*. New York, 2008. Disponível em: <http://www.undp.org/content/undp/en/home/librarypage/corporate/undp_in_action_2008.html> Acesso em: 27.01.2014.
- _____. *Human development report*. New York: United Nations, 2009. Disponível em: <http://hdr.undp.org/sites/default/files/reports/269/hdr_2009_en_complete.pdf> Acesso em: 21.01.2014.
- USLANER, E. *Corruption, inequality and the rule of law*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
- WORLD BANK. *World development report 1997*. New York: Oxford University Press, 1997.
- _____. *Worldwide governance indicators*. Disponível em: <<http://info.worldbank.org/governance/wgi/index.aspx#home>> Acesso em: 05.08.2014.
- YOU, J-S.; KHAGRAM, S. A comparative study of inequality and corruption. *The Hauser Center for Nonprofit Organizations and the John F. Kennedy School of Government*. Working Paper nº 22, Harvard University, 2004.

António Dias

Doutorando em Ciência Política pela Universidade Nova de Lisboa. Pesquisador do Instituto Português de Relações Internacionais e do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, Universidade Nova de Lisboa. Contato: antonioldias@fcsh.unl.pt

José Manuel Rodrigues Lúcio

Doutor em Geografia e Planeamento Regional pela Universidade Nova de Lisboa. Professor Auxiliar do Departamento de Geografia e Planeamento Regional Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. Pesquisador do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da UNL – CICS.NOVA. Contato: jmrl@fcsh.unl.pt

Thierry Dias Coelho

Doutorando em Ciência Política pela Universidade Nova de Lisboa. Docente na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Pesquisador do Instituto Português de Relações Internacionais (IPRI-UNL) e do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA), Universidade Nova de Lisboa. Investigador Convidado da Transparência e Integridade Portugal (TIAC). Contato: thierry.coelho@fcsh.unl.pt

RSP